

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2468571020190904164245

Processo 0804624-52.2019.8.23.0010 ☆ - (201 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 10441 - Acidente de Trânsito

Nível de Sigilo: Público

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

73 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 73

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 73	04/09/2019 16:42:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>73.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,</div><div>2570222PET INTERL ABANDONO DO AUTOR01.PDF</div><div>Público</div></div>			
72	30/08/2019 16:39:53	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CRISTINA PEREIRA GOLVEIA) em 30/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 70) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (26/08/2019) e ao evento de expedição seq. 71.	LILIANE RAQUEL DE MELO CERVEIRA Advogado
71	26/08/2019 08:13:25	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogs/curador/defensor de CRISTINA PEREIRA GOLVEIA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (26/08/2019)	Kennia Elen de Oliveira Lima Analista Judiciário
<div>[+]</div> 70	26/08/2019 08:13:14	EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO(02/08/2019 12:06:15). Identificador do Cumprimento: 0005.	Kennia Elen de Oliveira Lima Analista Judiciário
69	23/08/2019 00:08:06	DECORRIDO PRAZO DE CRISTINA PEREIRA GOLVEIA (P/ advgs. de CRISTINA PEREIRA GOLVEIA *Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO(02/08/2019) e ao evento de expedição seq. 63.	SISTEMA CNJ
68	16/08/2019 00:03:21	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CRISTINA PEREIRA GOLVEIA) em 15/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO (02/08 /2019) e ao evento de expedição seq. 63.	SISTEMA CNJ
67	14/08/2019 00:03:31	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO(02/08/2019) e ao evento de expedição seq. 62.	SISTEMA CNJ
66	10/08/2019 00:09:21	DECORRIDO PRAZO DE PERITO NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO (Para Perito NYMPHA CARMEN AKEL THOMAZ SALOMAO *Referente ao evento (seq. 47) EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO GERAL(22/07/2019) e ao evento de expedição seq. 53.	SISTEMA CNJ
65	06/08/2019 08:22:25	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 06/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 59) RETORNO DE MANDADO (02/08/2019) e ao evento de expedição seq. 62.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
64	06/08/2019 00:07:02	DECORRIDO PRAZO DE CRISTINA PEREIRA GOLVEIA (P/ advgs. de CRISTINA PEREIRA GOLVEIA *Referente ao evento (seq. 44) RETORNO DE MANDADO(18/07/2019) e ao evento de expedição seq. 46.	SISTEMA CNJ
63	05/08/2019 14:05:42	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de CRISTINA PEREIRA GOLVEIA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RETORNO DE MANDADO (02/08/2019)	KHALLIDA LUCENA DE BARROS Analista Judiciário
62	05/08/2019 14:05:42	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento RETORNO DE MANDADO (02/08 /2019)	KHALLIDA LUCENA DE BARROS Analista Judiciário
JUNTADA DE COMPROVANTE			



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

**Processo:** 08046245220198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CRISTINA PEREIRA GOLVEIA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem informar e requerer o que segue:

Inicialmente cumpre esclarecer que foi designada perícia médica para apurar o grau de invalidez sofrido pela parte autora em decorrência do acidente noticiado.

Em continuidade, foi expedido mandado de intimação para que a vítima comparecesse no dia e no local designado para realizar a perícia médica.

É importante destacar que a realização da perícia é um ato indispensável ao deslinde da demanda, na medida em que o pagamento deve ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, verificando-se o membro afetado, bem como a intensidade da sequela, consoante enuncia o art. 3º da Lei n.º 6.194/74 e Súmula nº 474 do STJ.

Entretanto, conforme se verifica nos autos, a parte autora **não compareceu para a realização da perícia designada, em que pese tenha sido intimada na pessoa do seu advogado, conforme EP. 56!**

Assim, deixando a parte autora de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada, embora devidamente intimado para tanto, é de se considerar preclusa prova técnica indispensável para o destrame da questão.

Neste sentido são os recentes entendimentos firmados pelos Tribunais pátrios. Vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO REALIZADA NO ENDEREÇO CONSTANTE NA INICIAL. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1 - A Lei nº. 6.194/74, com as modificações inclusas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento,

conforme preceito do art. 5º, §5º, do citado dispositivo normativo. 2 - Vislumbra-se nos autos que foi proferida decisão pelo Juízo monocrático designando data para realização de exame pericial e tentativa de conciliação, tendo o magistrado determinado a intimação da autora por carta com aviso de recebimento. 3 - No caso concreto, a parte autora foi intimada, por Aviso de Recebimento AR, no endereço constante como sendo o de sua residência. Ressalta-se que o aviso de recebimento não precisa, necessariamente, ser assinado pela autora para dar validade a sua intimação, mas tão somente a remessa da via postal ao endereço apontado na exordial. 4 - Assim, deixando a parte promovente de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada para aferição do grau de invalidez decorrente de acidente de trânsito, embora devidamente intimada para tanto, é de se considerar preclusa a prova imprescindível para a constatação da referida incapacidade, razão pela qual deve ser mantida a improcedência da ação. 5 - Apelação cível conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO. (Relator TEODORO SILVA SANTOS; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 14ª Vara Cível; Data do julgamento: 29/08/2018; Data de registro: 30/08/2018).”

Não é outro o entendimento do Tribunal do Rio Grande no Norte, *in verbis*:

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. PROVA ESSENCIAL À GRADUAÇÃO DA LESÃO. PARTE AUTORA QUE, APESAR DE INTIMADA, NÃO COMPARECEU À PERÍCIA DESIGNADA PELO JUÍZO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO DA PROVA. TESE AFASTADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A prova da condição de invalidez permanente causada por acidente de trânsito é requisito necessário para ensejar o pagamento da indenização prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. 2. Tendo havido a intimação pessoal da parte para comparecer à perícia bem como a sua ausência sem qualquer justificativa, denota-se que não houve êxito em comprovar os fatos e fundamentos constitutivos do seu direito, a teor do disposto no artigo 373, inciso I, do CPC/2015. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2018.003918-5, Relª. Desª. Judite Nunes, 2ª Câmara Cível, j. 19/06/2018; AC nº 2017.008898-9, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 17/10/2017). 4. Recurso conhecido e desprovido. (Apelação Cível nº 2017.016704-1; 2ª Câmara Cível do TJRN, Relator Desembargadora Judite Nunes – Data de Julgamento: 21/08/2018).”

Sendo assim, tendo em vista que a parte autora não se apresentou para a realização da perícia, o que restou preclusa a oportunidade para realização de prova pericial, deixando de comprovar o ônus que incumbia-lhe, requer a **IMPROCEDÊNCIA** da presente demanda, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
BOA VISTA, 2 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**